



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/4/2016

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Tito Torres e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, registra a presença de alunos do Cfal. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.853/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Tito Torres); 2.755/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (relator: deputado Arnaldo Silva); e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Vanderlei Miranda). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.641/2016 com a Emenda nº 1, dos deputados Tito Torres e Vanderlei Miranda, a qual acrescenta o nome do secretário de Estado de Fazenda como convidado da reunião. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.796/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de providências para apuração dos fatos narrados no Ofício nº 010104/16 e, se for o caso, para que sejam coibidos os atos da administração pública que infrinjam suas próprias normas e princípios. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Thiago Cota – Tito Torres.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/4/2016

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Nozinho, Rogério Correia e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Nozinho, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Gil Pereira, presidente da Comissão de Minas e Energia, convidando os membros da comissão para o debate público Energia de Fontes Renováveis. O Novo Ciclo do Ouro em Minas Gerais, que se realizará em 4/5/2016, às 9 horas, no Teatro da ALMG. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (15/4/2016), e do Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (7/4/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.225, em turno único, e 3.304/2016, em turno único (deputado Emidinho Madeira), Projetos de Lei nºs 3.224, em turno único, e 3.330/2016, em turno único (deputado Inácio Franco), Projetos de Lei nºs 2.014/2015, no 1º turno, 3.241, em turno único, e 3.331/2016, em turno único (deputado Nozinho), Projetos de Lei nºs 3.228, em turno único, e 3.329/2016, em turno único (deputado Rogério Correia). O presidente designa, ainda, como relator da visita ocorrida em 31/3/2015, o deputado Emidinho Madeira. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.208/2015 (relator: deputado Nozinho), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.152, 1.987, 2.749 e 3.021/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 5.809/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater a orientação formulada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável - Semad - junto ao Banco do Brasil, exigindo dos produtores rurais o licenciamento ambiental e a outorga de uso da água como requisitos básicos para obtenção de financiamentos agrícolas e acesso aos recursos do Pronaf. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.811/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Extrema para conhecer a experiência bem-sucedida do projeto Conservador das Águas, pioneiro na regulação e na aplicação efetiva do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA;

nº 5.813/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Uberaba para debater o desenvolvimento do agronegócio no Estado, durante a Expozebu 2016;

nº 5.815/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a assistência técnica e a extensão rural - Ater - no Estado, bem como a situação da Emater-MG e os resultados da 2ª Conferência Estadual de Ater - Ceater;

nº 5.816/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita ao Município de Medeiros para conhecer o Centro de Qualidade do Queijo Minas Artesanal, bem como queijarias da região;

nº 5.819/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita à Escola de Veterinária da Faculdade Presidente Antônio Carlos - Unipac - no Município de Bom Despacho;

nº 5.820/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizado debate público para discutir a segurança pública no campo e as ameaças à população e às atividades rurais;

nº 5.822/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Itaúna para debater os avanços e desafios da agropecuária no Estado, bem como a segurança no campo e a agricultura familiar;

nº 5.824/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Bambuí para debater os avanços e desafios da agropecuária no Estado, a segurança no campo, bem como outros temas locais;

nº 5.825/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a produção leiteira no Estado, durante a Megaleite 2016;

nº 5.826/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Bom Despacho para debater os avanços e desafios da agropecuária no Estado, bem como a segurança no campo e a cadeia produtiva do leite;

nº 5.827/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a regularidade ambiental na reserva de água e a agricultura irrigada;

nº 5.828/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a necessidade de revisão da Lei nº 19.476, de 2011, que dispõe sobre a habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte no Estado;

nº 5.829/2016, dos deputados Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita ao Município de Extrema para conhecer a experiência bem-sucedida do projeto Conservador das Águas, pioneiro na regulação e na aplicação efetiva do Pagamento de Serviços Ambientais – PSA.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2016

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Alberto, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência torna sem efeito a votação de toda a matéria aprovada na 10ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 26/4/2016, por falta de pressupostos regimentais, e informa que será objeto de nova apreciação. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão, a debater, em audiência pública, a atuação clandestina de lavadores e guardadores de carros (flanelinhas) e solicitar as providências



cabíveis, e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento de correspondência de Emerson Oliveira Abreu, agente de segurança socioeducativo, encaminhando, por meio do *site* "Fale com a Assembleia" pedido de apoio a aprovação do Projeto de Lei nº 1.973/2015, que dispõe sobre o porte de arma de fogo para os Agentes de Segurança Prisional e os Agentes Socioeducativos. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária de Estado Adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais (5), e dos Srs. Leonardo Duque Barbabela, promotor de justiça (15/4/2016), e Edson Moreira, delegado e deputado federal (21/4/2016). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.371/2015, na forma do vencido no 1º turno, com a Emenda nº 1 (relator: deputado Sargento Rodrigues) e 1.683/2015, na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Cabo Júlio, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.219/2015 (relator: deputado Cabo Júlio), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nos 3.730 a 3.736 e 3.743 a 3.750, 4.379, 4.388, 4.389, 4.395, 4.396, 4.410, 4.444 e 4.445/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nos 5.770, 5.771, 5.772, 5.773, 5.775, 5.776, 5.778, 5.779, 5.780 e 5.781/2016. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 18/2015, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada reunião para discutir a segurança no Bairro Belvedere;

nº 5.848/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Corrêa e Inácio Franco, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Riachinho para debater e buscar as providências necessárias ao enfrentamento da violência e criminalidade na região e para discutir a falta de efetivo policial e os deslocamentos longínquos para o encerramento de ocorrências, em virtude do plantão regionalizado;

nº 5.849/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para o aumento do efetivo policial na Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, à qual pertencem os Municípios de Baldim, Santana de Pirapama, Jequitibá e Funilândia, tendo em vista o aumento da criminalidade local nos últimos anos;

nº 5.850/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar e ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre a suposta ocorrência de indevida exposição à mídia, agressões físicas e excessos durante a prisão do agente Luís Fernando Figueiredo de Aquino, Masp 1220984-7, em 16/5/2016, no Município de Montes Claros;

nº 5.851/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Defesa Social os documentos direcionados a esse deputado em razão da audiência pública realizada na Comissão de Segurança Pública para debater denúncia de irregularidades e ilegalidades que estariam sendo praticadas pelos Srs. Gilmar Oliveira da Silva, diretor do Presídio de Nova Serrana, e Wellington Marques da Costa, diretor de segurança;

nº 5.852/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a insuficiência do número de vagas disponibilizadas no sistema prisional e as consequências dessa situação para a Política Estadual de Segurança Pública;

nº 5.853/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de providências para que seja concedida promoção ao 1º-Ten. BM George André dos Santos SantAna, ao 2º-Sgt. PM Ulisses Cristiano Rachel, ao 3º-Sgt. PM Wanderson Marques



Clementino, ao 3º-Sgt. PM Joaquim Evangelista de Souza e ao Sd. PM Alexandre Alberto Pereira, por ato de bravura, em virtude de ocorrência REDS 2016-005040171-003, realizada no dia 6/3/2016, quando os militares salvaram seis ocupantes de um veículo que colidiu com um poste e que estava pegando fogo;

nº 5.854/2016, do deputado Emidinho Madeira, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam disponibilizados policiais militares para todos os eventos e diversões abertas ao público no Estado;

nº 5.855/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater as medidas de segurança adotadas no Aeroporto Internacional Tancredo Neves;

nº 5.856/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para discutir a segurança dos moradores do Bairro Fernão Dias, tendo em vista o aumento do índice de violência nesse bairro, com assaltos às residências, roubos e furtos de veículos e contra os moradores e frequentadores do local;

nº 5.857/2016, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam apuradas as agressões e as perseguições sofridas pelo Sr. Adilson Pacheco, vereador de Nova Serrana;

nº 5.858/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Wander Borges, em que requerem seja realizada audiência pública em conjunto com a Câmara Municipal de Belo Horizonte para debater a atuação clandestina de lavadores e guardadores de carros (flanelinhas).

Em seguida, é aprovado relatório de visita à 6ª Companhia da Polícia Militar, realizada em 29/3/2016, que segue publicado após as assinaturas.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Adriana de Barros Monteiro, delegada de Polícia Civil, representando a Sra. Andrea Claudia Vacchiano, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, e Cláudia da Proença Marra, delegada de Polícia Civil; e os Srs. Maj. PM Eduardo Felisberto Alves, subcomandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, representando Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Felipe Cordeiro, delegado de Polícia Civil, e Rogério de Castro Cedrola Júnior, delegado de Polícia Civil. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado: 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar, em Belo Horizonte

Apresentação

A requerimento do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 29/3/2016, a 6ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar – 6ª CIA PM –, localizada na Rua Carijós, 758, Centro, Belo Horizonte, para verificar, *in loco*, as condições de trabalho dos policiais, bem como os recursos logísticos disponíveis.



Participaram da visita os deputados Sargento Rodrigues, presidente da comissão, e João Leite, vice-presidente. Acompanharam a visita o Maj. PM André Domiciano de Oliveira, comandante da 6ª CIA PM, e o Ten. PM Warley Dias dos Santos.

Relato

Na 6ª CIA PM, a comissão foi recebida pelo comandante da unidade, Maj. PM André Domiciano de Oliveira, que esclareceu que o prédio onde se localiza a unidade policial militar era uma agência bancária e se encontra atualmente mal conservado e com estrutura precária.

Logo na entrada localiza-se a recepção, onde quatro policiais militares realizam o atendimento ao público. Nos computadores ali instalados são lavrados registros de evento de defesa social – Reds.

Em seguida, a comissão visitou as demais dependências do prédio. No primeiro andar, localizam-se a sala de administração, a sala de operação de rádio, a sala de notificações, a sala do comandante, a sala de reunião dos comandantes e a intendência, dividida em sala de armamentos e escritório. Segundo militares lotados no local, quando chove, as goteiras no teto da sala da intendência comprometem a utilização daquele espaço.

Entre o térreo e o piso superior, nos fundos do prédio, há um banheiro para uso do público. O cômodo é mal localizado e está mal conservado. No piso superior, localizam-se o auditório e os vestiários masculino e feminino, com respectivos dormitórios. Estes cômodos são mal ventilados, apresentam má conservação, com pisos e paredes quebrados, fiação aparente e pouca iluminação. No dormitório feminino, há somente um beliche com dois colchões velhos.

Cadeiras estragadas, ar condicionado quebrado, fiação exposta, banheiros em condições insalubres, vestiários mal conservados, infiltrações e estrutura física danificada foram os principais problemas identificados pela comissão durante a visita.

O comandante da unidade assinalou que a burocracia dificulta a remoção de máquinas caça-níqueis apreendidas para o depósito judicial, e obriga a Polícia Militar a mantê-las sob sua custódia. Segundo ele, a custódia dessas máquinas ocupa muito espaço na companhia. Ele salientou o baixo efetivo destacado para o policiamento do hipercentro da Capital. Atualmente são 183 policiais militares lotados naquela unidade para atender a população que circula pelo local diariamente, estimada em 1 milhão e quinhentas mil pessoas. Alguns dos militares têm problemas de saúde e, por isso, não podem ser escalados para o patrulhamento ostensivo. O comandante destacou que a unidade atende a um grande número de ocorrências policiais e que o local carece de reformas estruturais para atender melhor à população e aos militares que a ocupam. Ele explicou que, em 2014, foi feito um projeto para recuperar a unidade, avaliado em 1,5 milhão de reais, mas o recurso não foi disponibilizado.

Segundo o comandante, a morosidade no atendimento na Central de Flagrantes II – Ceflan II – compromete ainda mais o policiamento ostensivo da região, dado que os militares deslocados para lavratura de prisões em flagrante demoram a retornar a seus postos. Além disso, ele deplorou as péssimas condições de trabalho dos militares que prestam serviços naquela unidade da Polícia Civil. Segundo ele, como a carceragem da Ceflan II não tem instalação sanitária para os detidos, os militares são obrigados a oferecer garrafas plásticas para que urinem dentro e a transportar o conteúdo para descarga.

A comissão constatou que a 6ª CIA PM possui 31 viaturas, sendo 21 veículos de quatro rodas e 10 de duas rodas. Desse total, quase 50% dos veículos de quatro rodas estão baixados, por falta de manutenção. O comandante destacou a importância do emprego de viaturas policiais no policiamento ostensivo, dado que elas aumentam a visibilidade da presença policial na região e contribuem para a melhoria da segurança pública local.

No que diz respeito aos equipamentos de proteção individual, tais como armas, algemas e coletes à prova de disparos de arma de fogo, o comandante assinalou que existem em quantidade suficiente. Entretanto, destacou a necessidade de aquisição de capacetes, munições, *teasers* e novas viaturas policiais.

Conclusão

A comissão apurou que as condições de trabalho na 6ª CIA PM são insatisfatórias. Em razão disso, os deputados Sargento Rodrigues e João Leite apresentaram requerimento para realização de visita ao advogado-geral do Estado para discutir a possibilidade de transferência da 6ª CIA do 1º BPM para outro imóvel ou de reforma do imóvel onde a unidade está sediada.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2016.

Deputado Sargento Rodrigues, presidente – Deputado João Leite, relator – Deputado Douglas Melo.

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Segurança Pública:

O (s) deputado(s) que este subscreve(m) requer(em) a V. Exa., nos termos regimentais e com base no disposto no art. 73, § 1º, II, da Constituição Estadual, seja realizada visita desta comissão ao advogado-geral do Estado para discutir a possibilidade de transferência da 6ª CIA do 1º BPM para outro imóvel ou de reforma do imóvel onde a unidade está sediada.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/5/2016

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 616, no 2º turno, 2.634/2015, no 1º turno, e 3.379/2016, em turno único (Felipe Attiê), e 775/2015, no 1º turno, e 3.368/2016, em turno único (Roberto Andrade). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.393 e 4.397/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.877/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência com convidados para debater a situação fiscal do Estado no primeiro semestre de 2016;

nº 5.879/2016, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja realizado debate público sobre formas de incremento da construção civil no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Felipe Attiê – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2016

Às 9h15min, comparece no Plenário o deputado Gil Pereira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater o potencial de produção de energia elétrica em Minas Gerais a partir de fontes renováveis de origem solar



fotovoltaica, eólica, de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e de sistemas de cogeração de energia e a identificar as oportunidades de mercado e os entraves à implementação desses processos. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Raquel Paiva, gerente da Área de Infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, representando o presidente – Rio de Janeiro (RJ); e os Srs. Alberto Pinto Coelho, ex-governador e ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; José Guilherme Ramos, subsecretário de Política Mineral e Energética, representando o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Ricardo Luiz Oliveira de Souza, diretor de Orientação e Legislação Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, representando o secretário de Estado; Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando o governador do Estado; André Luiz Ruas, superintendente de Regularização Ambiental, representando o subsecretário de Regularização Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Daniel Oliveira de Ornelas, promotor de justiça e coordenador regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Verde Grande e Pardo, representando o promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação – Caoma; Mateus de Moura Lima Gomes, vice-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais, e Luciano de Souza Carvalho, gerente de Relacionamento Comercial da Cemig Distribuição, ambos representando o presidente dessa companhia; Ricardo Ruiz, diretor vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – Indi; Adauto Marques Batista, presidente da Fiemg Regional Norte, representando o presidente; Jamil Habib Curi, representando a Associação Comercial de Montes Claros; Luiz Alberto Rodrigues, subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Edivan Roberto Alves Cardoso, segundo secretário da Associação Mineira dos Municípios – AMM – e prefeito de Mamonas; Sandro Yamamoto, diretor técnico da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEólica –, representando a presidente executiva – São Paulo (SP); Mário Ferreira Campos Filho, presidente do Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado de Minas Gerais, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais e da Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais; Rodrigo Lopes Sauaia, presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – ABSolar – São Paulo (SP); Plínio Pereira, fundador e conselheiro da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidroelétricas – AbraPCH; Marcelo Nassif, diretor de Mineração, Energia e Infraestrutura da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, representando o presidente; André Andrade, analista ambiental e coordenador substituto do Núcleo de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis de Minas Gerais – Ibama –, representando o superintendente; Alexandre Heringer Lisboa, diretor-presidente da Efficientia S.A.; Rubens José Amaral de Brito, gerente de Canais do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, representando o presidente; Ananias Pereira de Souza, gerente executivo da superintendência Estadual do Banco do Nordeste do Brasil em Minas Gerais e Espírito Santo, representando o superintendente – Montes Claros; Márcio Severi, presidente da Associação Brasileira de Energia Limpa – Abragel – Brasília (DF); e Gabriel Guimarães, membro fundador da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença da deputada Marília Campos e dos deputados Adalclever Lopes, Bosco, Bonifácio Mourão, Dilzon Melo, Hely Tarquínio, Antônio Carlos Arantes, Alencar da Silveira Jr., Ivair Nogueira, Leonídio Bouças, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Tiago Ulisses, Luiz Humberto Carneiro, Iran Barbosa, Agostinho Patrus Filho, Paulo Guedes, Inácio Franco, Duarte Bechir, Antônio Lerin, Cássio Soares, Doutor Wilson Batista, Fábio Cherem, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Nozinho, Felipe Attiê e Antônio Jorge. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Gil Pereira, presidente – Bosco – Gustavo Valadares.

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2016**

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos autores dos Projetos de Lei nºs 255, 1.087, 1.366, 1.389, 1.435, 1.635, 1.663, 1.686, 1.833, 2.409, 2.786, 2.992, 3.096 e 3.099/2015 e 3.179/2016, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.461/2016 (Cristiano Silveira), 3.438/2016 (Leonídio Bouças) e 3.442/2016 (Luiz Humberto Carneiro). A presidência, nos termos do art. 120, XXV, do Regimento Interno, comunica que será solicitada a reiteração dos Requerimentos de Comissão nºs 1.263, 1.491 e 2.553/2015, cujas diligências não foram respondidas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A seguir, são retirados de pauta por deliberação da comissão, a requerimentos dos deputados mencionados entre parênteses, o Projeto de Lei Complementar nº 14/2015 (deputado: Luiz Humberto Carneiro) e os Projetos de Lei nºs 479/2015 (Bonifácio Mourão); 532, 703 e 2.276/2015 (Cristiano Silveira); 649/2015 (Leonídio Bouças); e 2.605/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.831, 72, 255, 877, 1.087, 1.140, 1.380, 1.607, 2.074, 2.409, 2.786, 2.962, 3.099 e 3.117/2015 e 3.305/2016, em 1º turno, deixam de ser apreciados nesta reunião por terem sido apreciados em reunião anterior. Os Projetos de Lei nºs 799 e 2.873/2015 e 3.233, 3.397, 3.398, 3.399 e 3.401/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.225 e 2.751/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, ambos em virtude de redistribuição. Registra-se a entrada do deputado Bonifácio Mourão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.992, 3.096 com a Emenda nº 1 e 3.168/2015; 3.385, 3.388, 3.389, 3.405 e 3.438/2016 (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro e o sexto em virtude de redistribuição) e 3.179, 3.394 e 3.408/2016 (relator: deputado Antônio Jorge). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.387, 3.406 e 3.442/2016 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 3.390/2016 (relator: deputado Cristiano Silveira); 3.391 e 3.417/2016 (relator: deputado Isauro Calais) e 3.395 e 3.407/2016 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, requerimento em que se solicita sejam encaminhados aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.386, 3.400 e 3.461/2016 pedidos de informações para que instruem as referidas proposições com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Leonídio Bouças, presidente – Isauro Calais – Arlen Santiago – Tadeu Martins Leite.

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2016**

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Geraldo Pimenta, Antônio Jorge e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Marcelo Almeida, chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, e da Sra. Mariah Brochado, secretária de Estado adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais (14/4/16); e do Sr. Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho, ministro-chefe da Controladoria Geral da União (15/4/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 367/2015, no 2º turno (Arlen Santiago); 1.023/2015 e 3.193/2016, ambos no 1º turno (Carlos Pimenta); 3.184/2016, em turno único (Doutor Jean Freire); 1.581 e 2.167/2015, ambos no 2º turno, e 2.954/2015, no 1º turno (Geraldo Pimenta); e 494/2015, no 1º turno (Glaycon Franco). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 5.577 a 5.588/2016 e 5.651 a 5.675/2016. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.900/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Unaí para debater a situação da oncologia no Noroeste de Minas Gerais;

nº 5.902/2016, dos deputados Antônio Jorge e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais para apresentar denúncia de ocorrência de suposto erro médico, recebida pela Comissão de Saúde, que culminou em óbito do paciente.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 5.903/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência de convidados, com o governador do Estado e representantes das associações de diabetes, para debater a redução dos tributos sobre insumos críticos ao tratamento do diabético;

nº 5.906/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que a Vigilância Sanitária vistorie as obras do Hospital Regional de Betim e verifique o cumprimento da legislação pertinente;

nº 5.908/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater denúncia de suposto erro médico que vitimou, em 18/12/2015, a Cel. PM G. E. G. N, psicóloga, internada no Hospital Madre Teresa para realizar exames em vista de possível angina.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta – Glaycon Franco.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2016

Às 16h14min, comparece na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se



destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos servidores municipais de Barbacena, que se encontram de greve, com direitos supostamente cerceados pela administração pública municipal. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Fabiola Mara de Almeida Elias Rodrigues, Mara Valeria Santos Pimentel, Aline Maia Silva e Bianca Dilaila Prenazzi e os Srs. Fernando Antonio Bezerra Filho e Vitorium Roberto Ferreira Vale, servidores públicos do Município de Barbacena, e Luiz Gonzaga de Oliveira, vereador desse município. O presidente, na condição de autor do requerimento, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Registra-se a presença dos deputados Geraldo Pimenta e Rogério Correia (substituindo, respectivamente os deputados Paulo Lamac e Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM). São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.915/2016, dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que requerem seja realizada visita ao acampamento pela democracia, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, para conhecer a atividade dos acampados em defesa da democracia no Brasil;

nº 5.916/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhados à 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barbacena e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja acompanhada a situação dos servidores públicos municipais de Barbacena, que se encontram em greve, com direitos supostamente cerceados pela administração pública municipal, e as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/5/2016;

nº 5.917/2016, do deputado Cristiano Silveira, em que requer sejam encaminhadas ao prefeito de Barbacena as notas taquigráficas da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 4/5/2016, que debateu a situação dos servidores municipais de Barbacena, que se encontram em greve, com direitos supostamente violados pela administração pública municipal.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Rogério Correia, presidente – Doutor Jean Freire – Geraldo Pimenta.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2016

Às 16h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Rosângela Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir a Sra. Flávia Lanna de Moraes, médica do Programa Saúde da Família da Prefeitura de Belo Horizonte, sobre geriatria, saúde do idoso e envelhecimento saudável. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Anna Cristina Pegoraro de Freitas, coordenadora do Projeto PUC Mais Idade, e o Sr. Dilson José de Oliveira, coordenador especial de Políticas para Idosos do Estado de Minas Gerais. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência

agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Isauro Calais, presidente – Glaycon Franco.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2016

Às 17h22min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Antônio Carlos Arantes (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BVC) e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Wander Borges, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 4.507/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio 2016.

Bosco, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2016

Às 9h15min, comparece no Parque Fernando Costa, na sala da diretoria da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ –, em Uberaba, o deputado Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o desenvolvimento do agronegócio no Estado, durante a realização da Expozebu 2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública (ou audiência de convidados). A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Aryanna Sangiovani Ferreira, gerente de Desenvolvimento e Pesquisa do Centro de Referência da Pecuária Brasileira – Zebu, representando o Sr. Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira, presidente da ABCZ Uberaba; e os Srs. Paulo Piau Nogueira, prefeito de Uberaba; Luiz Humberto Dutra, presidente da Câmara Municipal de Uberaba; Gustavo Laterza de Deus, gerente da Unidade Regional da Emater – Uberaba, representando João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Romeu Borges de Araújo Júnior, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba; Avelino Urena Ramos, médico-veterinário zootecnista da Universidade Veracruzana e diretor da Usina Panamá. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2016.

Fabiano Tolentino, presidente.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2016**

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Sargento Rodrigues e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Douglas Melo, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo e Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a possibilidade de um novo aumento na tarifa de água, considerando anúncio feito em 2015, oportunidade em que foi aprovado o pedido de revisão de cálculo apresentado pela Copasa-MG à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Patrícia Nunes Martins, diretora de Assuntos Regulatórios da Claro (14/4/2016); Laene Pevidor Lança, procuradora da República (21/4/2016); e Sinara Inácio Meireles Chenna, presidente da Copasa-MG (28/4/2016). O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 1.604/2015 e 3.200/2016, no 1º turno, dos quais designou como relator o deputado Elismar Prado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o seguinte parecer: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.200/2016 (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Christiane Vieira Soares Pedersoli, analista, representando o Sr. Fernando Ferreira Abreu, promotor de justiça e coordenador do Procon Estadual; Sílvia Helena Freitas Mafuz, delegada especializada de Defesa do Consumidor; e os Srs. Lucas Diz Simões, defensor público, representando a Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; Raphael Castanheira Brandão, coordenador técnico de Regulação e Fiscalização Econômico-Financeira, representando Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor-geral da Arsae-MG; e Edson Machado Monteiro, diretor financeiro e de Relações com Investidores, representando a Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna, diretora-presidente da Copasa-MG. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte da reunião, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 5.918/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de informações sobre o custo total da prestação do serviço de táxi na capital, incluindo impostos cobrados dos taxistas, bem como demais valores, de forma a verificar eventuais abusos nos preços praticados e repassados aos passageiros, consumidores finais;

nº 5.919/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências com vistas a instaurar procedimento investigatório quanto à suposta violação ao princípio da livre concorrência no que tange à comercialização de uniformes aos policiais militares selecionados para o Curso Especial de Formação de Sargentos, ministrado na Escola de Formação de Soldados da PMMG;

nº 5.923/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações consubstanciadas na demonstração detalhada da composição do reajuste tarifário do serviço de água e esgoto, com pormenores sobre a composição tarifária e o percentual de lucro da concessionária;

nº 5.924/2016, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que qualquer reajuste tarifário seja precedido de consulta pública, com ampla participação popular, em especial dos órgãos de defesa do consumidor e do cidadão, e informação às entidades e aos órgãos interessados, contemplando a participação por meio eletrônico e presencial, com o esclarecimento sobre as razões do aumento, fundamentadas em dados técnicos, e esclarecimentos sobre a planilha de aumento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2016.

Elismar Prado, presidente – Douglas Melo – Sargento Rodrigues.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/5/2016

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Fred Costa, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, realizar o lançamento do Movimento Maio Amarelo, que tem por objetivo promover campanhas de educação e prevenção de acidentes de trânsito, e a adesão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ao referido movimento. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Jaqueline M. Barros Bernardes, educadora de trânsito do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, representando o diretor-geral; Rafaela Gigliotti Brandi, diretora-geral do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG; Roberta Torres Lima, representante do Observatório Nacional de Segurança Viária e representante estadual do Movimento Maio Amarelo; e Andrea Cláudia Vacciano, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, e os Srs. Camilo Angelus Prates de Almeida, defensor público da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Osias Baptista Neto, sócio-diretor da Beta Engenharia e Arquitetura. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Neste momento, o presidente assina o termo de compromisso com o Movimento Maio Amarelo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2016.

Wander Borges, presidente – Geisa Teixeira – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2016

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e o deputado Iran Barbosa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a segurança pública no Município de Vespasiano, e a receber e votar requerimentos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Talita Martins Soares, delegada regional de Polícia Civil de Vespasiano; Elizabete Viana e Adriana Alves Lara, vereadoras da Câmara Municipal de Vespasiano; e os Srs. Valdir Gomes



dos Santos, Geraldo Magela Chaves, Philippe Fonseca Prado, Newton Fonseca Carvalho, José Winston da Silva, Dorivaldo Oliveira Teixeira, Antônio Alves de Carvalho, Júlio Antônio Filho e Luciano Costa, vereadores da Câmara Municipal de Vespasiano; Cel. PM Reginaldo Lourenço, secretário Municipal de Defesa Social de Vespasiano, representando o prefeito; Erick Bernardo Baeta Pinheiro, presidente da Câmara Municipal de Vespasiano; Ten.-Cel. PM Edesio Amorim Anacleto, comandante do 36º Batalhão de Polícia Militar de Vespasiano, representando o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Cap. PM Noel Rosa de Jesus, do 36º Batalhão de Polícia Militar; Leonardo Bicalho de Abreu, defensor público, representando a defensora pública-geral do Estado; Adriano Dutra Gomes de Faria, promotor de justiça de Combate ao Crime Organizado e de Investigação Criminal e coordenador das Promotorias de Justiça da Comarca de Vespasiano; César Yoshikawa, promotor de justiça de Combate ao Crime Organizado e Controle Externo da Atividade Policial da Comarca de Vespasiano. A presidência concede a palavra à deputada Ione Pinheiro, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/5/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Prosseguimento da votação do Requerimento nº 1.032/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as habilitações dos leitos de UTI e UCI no Estado, detalhando o total de leitos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual e o total de leitos publicados pelo Ministério da Saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.039/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.



Votação do Requerimento nº 1.040/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados com o Contrato de 7/5/2015, publicado no *Minas Gerais* nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência O Novo Código Civil Brasileiro, realizada no Minascentro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.081/2015, da Comissão de Esporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido de informações sobre as questões que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, objetos e veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.090/2015, da Comissão de Transporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando especialmente sobre o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.091/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca do motivo pelo qual não estão sendo cumpridas as determinações da Lei Federal nº 12.741, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.264, de 2014, que obriga a inclusão, nas notas fiscais, da informação sobre os tributos incidentes e as respectivas alíquotas, em especial no que diz respeito às notas fiscais relativas a combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex, quando do acréscimo ou da substituição da frota de veículos pertencente às administrações públicas direta, autárquica, fundacional e a empresas estatais dependentes, bem como da obrigação do abastecimento com álcool combustível – etanol – dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

**2ª Fase****(das 16h15min em diante)**

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.402/2016, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.019/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.100/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mercês o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.046/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.047/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.049/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2015, do deputado Cássio Soares, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – a doar o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.798/2015, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.629, de 24 de abril de 2003, a doá-lo à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.099/2015, do deputado Braulio Braz, que altera a Lei nº 15.895, de 6 de dezembro de 2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2015, do deputado Tony Carlos, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Sul – Cistrisul – o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo



nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Itaguara. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.755/2015, do deputado Isauro Calais, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Lavras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº1, da Comissão de Transporte.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.258/2016, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a extinção das serventias que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.917/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui o dia 3 de outubro como o Marco da Renovação da Primeira República brasileira e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 3.794 a 3.800 e 3.802 a 3.804/2016, do deputado Cabo Júlio; e 4.547, 4.556, 4.557, 4.567 a 4.570 e 4.607/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a ouvir o Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, o Cel. PM Eucles Honorato Júnior, o Ten.-Cel. PM Gianfranco Caiafa, o Ten.-Cel. PM Cláudio Vítor e o 1º-Ten. PM Leonardo Guimarães Oliveira Maillo sobre o deslocamento de grande parte do efetivo da Polícia Militar para Ouro Preto, em 21/4/2016, e sobre a forma de atuação dos policiais militares no evento realizado nesse município.



Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater os problemas na manutenção da iluminação pública do Município de Belo Horizonte.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.337/2015, do deputado Cássio Soares, e 3.274/2016, do deputado Nozinho.

Requerimentos nºs 4.391/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho; 4.424/2016, do deputado Dirceu Ribeiro; e 4.458/2016, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.514 a 4.518/2016, do deputado Douglas Melo; e 4.572/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o papel das *startups* no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nos 2.834/2015, do deputado Deiró Marra, e 3.055/2015, do deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nos 4.380 e 4.381/2016, do deputado Douglas Melo, 4.432 a 4.438 e 4.489/2016, da Comissão de Participação Popular, e 4.589/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o fornecimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção para as pessoas com deficiência e a conformação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/5/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.669/2015, do deputado Antônio Jorge, e 2.919/2015, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tadeu Martins Leite, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2016, às 13h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.233/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes e outros; 343/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 878/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.118/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.007/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2016.

Leonídio Bouças, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Gil Pereira, Gustavo Corrêa e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2016, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater a situação dos profissionais de enfermagem no Estado, especialmente a jornada de trabalho e o piso salarial desses profissionais; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2016, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, discutir a intenção da Chefia da Polícia Civil de retirar a 36ª Delegacia Regional de Polícia Civil – Barreiro – dessa região administrativa, que concentra 512 bairros e aproximadamente 550 mil habitantes; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2016, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 3.258/2016, do Tribunal de Justiça; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Tadeu Martins Leite, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/5/2016, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o vice-presidente.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2016.

Bosco, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 11/5/2016**

O deputado André Quintão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores de Assembleia e do Estado que acompanham os trabalhos nesta tarde e imprensa. É com muita alegria que retornamos a esta tribuna e à Assembleia depois de uma passagem muito exitosa à frente da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, fruto de um convite muito honroso, bem como de todo apoio que recebi do nosso governador Fernando Pimentel e de todo o governo para realizarmos nossos trabalhos. Em outras oportunidades voltaremos a esta tribuna, até porque a passagem pelo governo nos permitiu uma análise, um diagnóstico e muitas ações que estruturaram o alicerce de políticas públicas sociais importantes em Minas Gerais.

Hoje, em face da urgência e da relevância de alguns assuntos, priorizo um importante manifesto aprovado ontem, em Brasília, no 2º Encontro Nacional de Gestores e Gestoras da Assistência Social. Assim como o querido deputado João Leite, que já presidiu o Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social, também o presidi até o dia 28 de abril. Ontem concluímos a transição nesse fórum com a discussão das prioridades para esse período, bem como a eleição de um novo presidente: um secretário de Estado do Ceará.

Nesse encontro, deputados e telespectadores, fizemos uma discussão muito aprofundada dos riscos que a assistência social brasileira pode correr caso um novo governo assumira. As propostas hoje do grupo que construiu a chamada Ponte para o Futuro, depois acrescida com o capítulo social chamado Travessia Social, aponta para um perigoso retrocesso nas políticas sociais brasileiras. Quando falamos em retrocesso nas políticas sociais brasileiras, estamos falando em impacto negativo na vida de milhões de brasileiros. Uma das propostas em curso é, por exemplo, a focalização do programa Bolsa Família em apenas 5% da população. Hoje o Bolsa Família atinge entre 23% a 25% da população brasileira. São mais de 40 milhões de brasileiros. Essa focalização pode significar o retorno, repito, de milhões de famílias à situação de pobreza, bem como o



retorno ao trabalho infantil e ao aumento da evasão escolar. Então, é muito grave essa proposta. Mais uma vez, é a discussão do ajuste da alternativa à crise econômica passando pelo corte nas áreas sociais.

Então, esse é um aspecto. E eu queria dizer aos deputados que esse manifesto contou com o apoio de todos os estados brasileiros presentes e que secretários do PSDB e secretários de outros partidos assinaram esse manifesto.

A segunda grande preocupação é a proposta de desvinculação do valor do Benefício de Prestação Continuada, desatrelando-o do valor do salário mínimo. Hoje o Benefício de Prestação Continuada é para famílias de pessoas idosas e com deficiência, que recebem menos de um quarto do salário mínimo. Com o benefício, eles recebem um salário mínimo mensal. Se essa proposta vingar, ao longo do tempo, teremos uma diminuição drástica do valor repassado para essas famílias. Então, o manifesto exige a manutenção do vínculo do valor do Benefício de Prestação Continuada ao salário mínimo.

Uma outra questão importante e que conta com a nossa discordância é a fusão dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário. São áreas distintas, são políticas públicas construídas em sistemas distintos, com mecanismos distintos. No âmbito da assistência social, temos hoje uma rede de proteção social básica, proteção social especial. Só em Minas Gerais, temos 1.140 Centros de Referência da Assistência Social, Cras, Creas, Programa Bolsa Família e, como disse, o Benefício de Prestação Continuada. Temos órgãos gestores da assistência social em praticamente todos os municípios brasileiros. Já o desenvolvimento agrário é uma outra estrutura. Trata com outras entidades de apoio, de pesquisa, de extensão, de assessoramento técnico na área da agricultura. Temos o Pronaf como um instrumento importante de crédito. São os sistemas e estruturas distintas. Elas podem se integrar e convergir em políticas públicas, como já estamos fazendo em Minas Gerais. Agora, fundir ministérios e enfraquecer o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tão importante, que fez com que 44 milhões de brasileiros saíssem da pobreza, no entendimento de um colegiado que reúne secretários de todos os partidos, inclusive de partidos que hoje fazem oposição ao governo federal, repito, seria um despropósito.

Também temos uma defesa firme de execução do orçamento nessa política pública. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nos governos Lula e Dilma, cuidou de fazer repasses sistemáticos, no âmbito da assistência social, de maneira regular e automática para todos os municípios brasileiros, de uma forma absolutamente republicana. Nós, ao lermos o que tem sido proposto nesses dias – e hoje é um dia muito crítico para a democracia brasileira –, temos de fazer esse alerta, porque muitos daqueles que hoje podem estar entusiasmados com o festival de atentados à democracia que ocorre no Brasil, amanhã, poderão ser prejudicados com propostas como essa de redução de 25% para 5% do número de beneficiários do Programa Bolsa Família. Podem ter os seus benefícios mensais congelados ao longo de anos. E os municípios terem o risco da interrupção dos serviços de convivência familiar, de acompanhamento social desenvolvidos com idosos, crianças, jovens, adolescentes, nessa rede estruturada em torno do Sistema Único da Assistência Social – Suas – nos últimos 10 anos. Por isso esse manifesto em defesa da assistência social será amplamente divulgado. Ontem, diante dos secretários de Estado, diante dos técnicos do ministério, do Conselho Nacional da Assistência Social, propus-me a articular, no plano nacional, uma rede de parlamentares federais e estaduais para não admitirmos qualquer tipo de retrocesso nas políticas públicas sociais brasileiras.

O deputado Fábio Cherem (em aparte)* – Deputado André Quintão, seja muito bem-vindo à Assembleia Legislativa em seu retorno, demonstrando seu conhecimento e idealismo em causas que todos nós compartilhamos. É importante destacar, neste momento escuro na sociedade brasileira, a importância da definição de políticas públicas. O que define as políticas públicas, em última análise, é o voto. O voto define o que é mais imprescindível, o que é mais importante ao eleitor, o que é mais caro aos brasileiros e aos mineiros. E é dessa forma que as políticas públicas se tornaram prioridade no Brasil, e muito pode ser feito nesse sentido. Pode contar com este deputado na sua luta, na sua batalha. Estaremos juntos para formar fileiras para defendermos o que já foi conquistado, para procurar preservar e aperfeiçoar isso ao longo do tempo, ao longo do nosso mandato, da nossa função pública. Parabéns pelo pronunciamento, deputado.

O deputado André Quintão* – Obrigado, deputado Fábio Cherem.



O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Primeiro quero agradecer o aparte, deputado André Quintão, e também manifestar a minha alegria em vê-lo novamente aqui no Parlamento mineiro. Já convivemos há tantos anos, e V. Exa. traz uma qualidade muito grande: o discurso atualizado nas questões sociais. Haja vista o trabalho magnífico que fez por esse período de mais de um ano à frente da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social. Também fui secretário de Trabalho e sei das dificuldades, mas não deixei de acompanhá-lo. Vi sua sensibilidade, sua experiência, sua calma, sua tranquilidade em conduzir as questões sociais. Acho que V. Exa. traz para o Legislativo mineiro mais qualidade. Seja bem-vindo. Tem a minha admiração e o meu apoio nesse trabalho que encerrou no Executivo, mas certamente continuará na Assembleia de Minas. Parabéns, seja bem-vindo.

O deputado André Quintão* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Antes de passar a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de dizer, deputado Carlos Pimenta, que este é o foco que eu queria priorizar neste retorno. Sabemos que o Brasil vive um momento conturbado, polarizado. Mas o mais importante são as consequências, positivas, negativas, que saírem desse processo. Então nós, que temos compromisso e uma militância histórica com as conquistas sociais, independentemente do desfecho institucional, não poderemos admitir que haja descontinuidade daquilo de bom que o povo conquistou.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Muito obrigado, deputado André Quintão. É somente para também dar as boas-vindas por seu retorno ao nosso parlamento. Mas não poderia também deixar de mencionar sua passagem efêmera, mas muito próspera, muito vigorosa, junto à secretaria de Estado. V. Exa. sempre teve com esta Casa uma grande parceria, um grande companheirismo, que é a tônica de V. Exa. V. Exa. sempre determinava à chefia de governo que nos fizesse as comunicações, estando sempre presente conosco, dando pelo menos o planejamento, o seu projeto à frente dessa secretaria. Quero parabenizá-lo pelo trabalho efetivo reconhecido por todos quando V. Exa. comandou a secretaria, e agora também no nosso parlamento. Parabéns, felicidades.

O deputado André Quintão* – Obrigado, deputado Dalmo. Para concluir, queria reiterar, deputado Dalmo, que tenho plena convicção e consciência do respeito que o Legislativo merece. Daí essa conduta, daí essa prática.

O deputado João Leite* – Bem-vindo, André Quintão. Sua presença traz segurança à assistência social. Muito bem-vindo.

O deputado André Quintão* – Ontem conversava, deputado João Leite, com a ex-secretária do Mato Grosso, que perguntou por V. Exa., que foi o primeiro presidente do Consea. Ontem concluímos a transição.

Queria, nesse retorno, dizer que estou muito animado, lógico que num momento triste do Brasil, para a gente trabalhar junto, com diálogo, na construção política, no respeito mútuo, independentemente das divergências políticas. É uma alegria, porque o respeito muito, tenho aqui muitos amigos e amigas, respeitadas e respeitados deputados desta Casa. Um grande abraço. Estou muito feliz com o retorno.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Tito Torres* – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar as deputadas e os deputados, os visitantes presentes nas galerias, e o pessoal do centro socioeducativo, que está aqui reivindicando seus direitos.

Recebemos uma reforma administrativa que não consegue agradar nenhum setor deste estado. Os nossos alunos, as nossas crianças estão aqui também. Queremos um futuro melhor para essas crianças. Com o que a gente tem visto em Minas Gerais, e no País, esperamos que, a partir de amanhã, o Brasil viva um novo momento e realmente possamos ter novas esperanças e expectativas. Como o meu amigo Felipe Attiê disse hoje, mais cedo, só neste ano e no ano passado foram fechadas mais de um milhão e oitocentas mil empresas no Brasil. Assim, a gente vê que, realmente, a nossa economia está só afundando a cada dia. Mas a esperança agora vem da expectativa de que hoje votaremos pelo *impeachment* da presidente Dilma e que o PMDB assumirá o governo federal, tomando atitudes. Não assumiu ainda o vice-presidente Michel Temer, mas,

pelas notícias que a gente vê, está planejando o corte de ministérios, o corte de cargos. E é isso que o Brasil quer, o que o Brasil espera que realmente aconteça.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, deputado Tito Torres. Quero, no passo que V. Exa. iniciou, também saudar as agentes e os agentes socioeducativos do Estado de Minas Gerais.

Muito bem-vindos à Assembleia Legislativa. Temos pouca oportunidade de vê-los, porque todos e todas estão espalhados nos centros socioeducativos do Estado de Minas Gerais, fazendo a guarda dos adolescentes em conflito com a lei. Vocês vêm a Assembleia Legislativa, nesta tarde, ensinar a esse governo qual é o trabalho socioeducativo no Estado de Minas Gerais. O tratamento que o governo do Estado dá a vocês agora, vocês não o merecem. Nem sabemos para onde o sistema socioeducativo irá. A intenção, pelo que veio no texto, é que irá para a Fundação Caio Martins. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Solicito silêncio nas galerias para o deputado fazer seu pronunciamento. Para que a gente possa conviver em paz, precisamos ouvir os deputados, seja a favor, seja contra. A coisa mais importante que Deus deu a todos foi a fala, os órgãos do sentido e a inteligência.

O deputado João Leite (em aparte)* – Muito obrigado, presidente, mas entendemos perfeitamente a mensagem dos agentes socioeducativos. Nós entendemos. Não, governador, não aceitamos essa mudança. O que estão dizendo é que não foram ouvidos.

Hoje, pela manhã, no meu gabinete, ouvia a manifestação das lideranças, dos agentes socioeducativos. Não fomos ouvidos. Este é um governo que vinha dizendo ouvir para governar. Ouvir quem? Vocês foram ouvidos pelo governo? Não foram ouvidos. É um governo que não entende o que foi construído no Estado de Minas Gerais; é um governo que não cria nenhuma vaga no sistema socioeducativo. Não há uma vaga criada neste governo. É um governo que não cria uma vaga no sistema penitenciário, zero de vaga no sistema penitenciário.

E o que mandou de reforma administrativa à Assembleia? Vaga para mais um secretário. Ele vai criar uma imensa secretaria, para um secretário adjunto, para um chefe de gabinete e para superintendentes. Expliquem a ele, agentes socioeducativos, que isso não é função finalística. Função finalística é a de vocês, que estão cuidando de jovens problemáticos, em conflito com a lei, que cuidam dia e noite, mas não foram ouvidos por este governo. Não vai passar. Não vai passar. Não vai passar na Assembleia Legislativa. Queremos vaga no sistema socioeducativo. Queremos vaga no sistema penitenciário, para que os que estão cometendo crimes permaneçam presos, e não aconteça o que está acontecendo hoje.

Ontem a Comissão de Segurança Pública estava em Vespasiano, e a cadeia interditada. Prende-se o criminoso e se o solta na rua. É isso que está acontecendo em Minas Gerais. E agora vemos os nossos bravos agentes socioeducativos aqui. É isso mesmo. É luta. Não vai passar. Não vai passar. Obrigado.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* – Caro deputado Tito Torres, jovem e brilhante deputado, deputados presentes, nossos socioeducadores, sejam bem-vindos a esta Casa. Estamos com vocês nessa luta. Podem contar conosco.

Sr. Presidente e deputado João Leite, quero registrar alguns problemas que estão acontecendo no caso do governador Fernando Pimentel, que é de interesse da sociedade. O governador Fernando Pimentel, na segunda-feira, entrou no STJ com uma consulta contra o art. 92 da Constituição mineira, que o obriga a se afastar caso a denúncia no STJ seja aceita. Esse art. 92 prevê isso.

Quero dirigir a palavra ao ministro Herman Benjamin, que é o relator do caso. Não podemos ter um governador investigado por coisas públicas, com processos correndo em segredo de Justiça. Ninguém sabe oficialmente quais são os desvios apontados naqueles milhares de processos no STJ, que correm em segredo de Justiça contra o governador de Minas Gerais, que é uma figura pública, uma figura eleita por milhões de votos.

Ele ocupa um cargo público e é acusado no STJ, pelo Ministério Público Federal, por crimes que cometeu no exercício do serviço público. Aí isso corre em segredo de Justiça. Então, Sr. Presidente, deixo o registro aqui, para que Minas Gerais saiba que ele ingressou no STJ questionando esse art. 92, que obriga afastá-lo, se a denúncia for aceita.



Sr. Presidente, também quero dizer que descobri uma vocação do PT. É o partido exterminador de empresas. O partido que exterminou mais empresas e empregos neste país, na história deste país como nunca antes visto, chama-se PT. Chama-se Lulopetismo. Caro Tito Torres, esse partido, no ano passado, fechou as portas do Brasil. Foram microempresas, pequenas, médias e grandes empresas. Foram fechadas 1.800.000 empresas deste país. Normalmente se fecham 500 mil no máximo, por ano. Essa é a mortalidade das empresas. No ano passado, foram 1.800.000. Foi pior que o massacre nazista feito na Primeira e Segunda Guerras Mundiais por Hitler contra os judeus. Foi um massacre o que o PT fez contra o empresariado, destruindo empresas e fechando 1.800.000 dessas organizações. Esses dados, publicados no *Estado de São Paulo* e em várias revistas do Brasil, podem estar subestimados, podem ter sido mais empresas, porque muitas não têm dinheiro para dar baixa na junta comercial, nos 26 Estados. O número pode ser maior que 1.800.000.

Esse Lulopetismo, desses que apoiaram esse governo, tem de saber que, de cada 10 adultos que andam pelas ruas no Brasil, 4 estão quebrados, 4 estão endividados, 4 estão inadimplentes. Quarenta por cento da população adulta deste país fez como o governo mandou: gastou, gastou, gastou e está inadimplente. Não têm como pagar as empresas, não têm como honrar seus compromissos. Essa política foi um desastre. Essa é a maior herança maldita que já vi na história econômica deste país, herdada do PT. O PT é um exterminador de empresas e de empregos, Sr. Presidente. Deixo aqui o meu repúdio a isso. Espero que o Senado da República hoje faça aquela senhora descer rampa abaixo: ou rolando, ou andando, mas que tire ela do comando deste país.

Não podemos ver essa reforma administrativa aqui, Sr. Presidente. É uma farsa. Isso foi para dar foro privilegiado para duas pessoas, para a Carolina e para o Mauro. Essa reforma é fajuta. Mandaram secretários para cá e continuaram mandando nas secretarias para enganar, para disfarçar a justiça. Isso, na verdade, é o polvo no mar. O polvo, ao ser atacado por um predador, solta aquela tinta para confundir, para se ocultar e escapar. Ele quer escapar da Justiça, quer que escapem com foro privilegiado. Jogaram essa falsa reforma administrativa, esse projeto fajuto que está aqui, inconsequente e irresponsável, extinguindo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

É lógico, Pimentel ajudou a fechar 1.800.000 empresas neste país no ano passado. Ele foi o ministro de Desenvolvimento Econômico, por quatro anos, no governo Dilma. Agora, assume o governo do Estado e fecha a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Será que ele achou que a secretaria dele não tinha importância nenhuma, era para fazer nada em Brasília? Será que ele achou isso, presidente? Será que é por isso que ele está fechando aqui a Secretaria de Desenvolvimento Econômico?

É uma vergonha, Tito Torres. Devolvo a palavra a V. Exa. protestando contra essas e outras artimanhas. Não saí de cerca de 600 km, de Uberlândia, para vir aqui ser feito de bobo, ser enganado por essa fajuta reforma administrativa. Fica aqui meu protesto em nome do povo de Uberlândia, do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, que não aceita essa farsa e essa conspiração que este governo faz o dia inteiro para se salvar da Justiça, em vez de governar Minas Gerais com progresso e desenvolvimento. Muito obrigado, deputado Tito Torres.

O deputado Tito Torres* – Agradeço ao deputado Felipe Attiê, sempre atuante e orientando o governo quanto aos erros cometidos hoje.

Desde que o Felipe Attiê chegou aqui, em fevereiro de 2015, realmente ele está sempre abrindo os olhos do governo. Ele é um economista brilhante, mas, infelizmente, o governo não ouve as palavras do deputado dele.

O deputado Cabo Júlio (em aparte)* – Deputado Tito Torres, nosso amigo, eu queria saudar nossos colegas socioeducativos aqui presentes, que o fazem dignamente para que não sejam afetados pela reforma. Queria dizer aos colegas que já está agendada para amanhã uma reunião entre os técnicos do Executivo, os técnicos da liderança do governo na Casa, a fim de consertarmos a trapalhada que fizeram, na reforma, com os agentes socioeducativos. Amanhã vamos ter essa reunião; e vamos consertar isso.



A subsecretaria socioeducativa tem de sair, de porteira fechada, de onde está e ir para a Secretaria de Segurança Pública. Não podemos ter um corpo em que uma perna está de um lado, a cabeça do outro e a outra perna do outro. Realmente, foi uma trapalhada. Amanhã, vamos ter a primeira reunião e esperamos consertar isso para dar a vocês o mínimo de tranquilidade, porque a reforma não pode vir para atrapalhar, ela tem de vir para dar tranquilidade ao servidor.

Obrigado a V. Exa. Essa é a informação que eu queria dar a vocês.

O deputado Tito Torres* – Agradeço o aparte e espero, realmente, que a voz dos agentes socioeducativos seja ouvida, que o governo reconheça o erro que está cometendo, volte atrás e busque um entendimento que agrade a todos.

Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Rosângela Reis* – Quero, Sr. Presidente, saudar as deputadas, os deputados, a imprensa, os telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, os servidores desta Casa, os representantes da segurança, agentes socioeducativos que estão nas galerias e as crianças que também estão aqui.

É uma alegria poder falar, nesta tarde, de alguns pontos que considero importantes. O primeiro deles, Sr. Presidente, é a BR-381. Temos uma história de trabalho, nesta Casa, com diversos deputados e deputadas da região do Vale do Aço, os quais trafegam, constantemente, pela BR-381 e anseiam por ver aquela obra concluída. Posso citar alguns, como os deputados João Leite, Wander Borges, Tito Torres, que está presente, e a deputada Celise Laviola. Eles, ao longo da semana, ficam nesse vai e vem, enfrentando a BR-381, e veem por ali diversos acidentes.

Ontem, presidente, não foi por acaso que houve mais um grave acidente na BR-381, próximo ao Município de Belo Oriente, especificamente no Município de Santana do Paraíso, onde um carro Gol bateu em uma carreta. Constantemente temos assistido a esse palco de acidentes e mortes que ocorrem na BR-381. Isso para nós é constrangedor, porque houve uma obra, decorrente de um projeto com investimentos de mais de dois bilhões de reais, recursos do governo federal. E, desses recursos, deputado Wander Borges, em oito lotes, foram aplicados mais de duzentos milhões de reais, mas a obra está paralisada hoje, não se liga nada com nada. Estamos vendo que há um descompromisso, uma irresponsabilidade dos governos.

Quero aqui deixar o Dnit também nessa panela, pois faltam não apenas recursos, mas também vontade política e empenho da parte dos órgãos para que haja esse investimento. Em algumas obras, foram gastos 83% dos recursos. O que falta para terminar essa obra a fim de que as pessoas que ali trafegam possam agilizar seu trânsito? Ali temos a grande dificuldade de ligação do Vale do Aço; em Ipatinga, em Governador Valadares, deputado Wander Borges, há um atraso econômico. Hoje, uma crise econômica impera, com desemprego, aumento da violência e criminalidade, o que dificulta a chegada à capital e, conseqüentemente, a presença de mais empresas no Vale do Aço.

O deputado Wander Borges (em aparte)* – Deputada Rosângela Reis, quero apenas fazer coro com a fala de V. Exa. no que se refere à questão econômica. Todos nós sabemos que o produto acaba chegando lá com um valor maior porque há maior desgaste de pneus, mais gastos com óleo diesel, gasolina, motor, frenagem. Esse é um aspecto.

No sábado passado, passei por lá. É inadmissível. Estou chegando à conclusão de que aqueles que não se empenharam e, por qualquer motivo, não viabilizaram a conclusão ou a continuidade dessas obras estão com suas mãos ensanguentadas. Deputada, daqui para São Paulo, há a mesma rodovia duplicada, mas, do lado de lá, não. Para se ter uma ideia, existe um trecho de 25km todo terraplanado, em condições, deputado Tito Torres, de receber a massa asfáltica, mas não conseguem.

Lá atrás, falamos do consórcio que ganhou a licitação – e o deputado Inácio Franco é conhecedor dessa obra de infraestrutura –, e eles mergulharam nos preços sem ter condições. Ora, quando mergulham no preço, o que cabe ao contratante? Ele deve dizer que não têm condições de executar as obras, o que não foi feito. Agora, estamos com um abacaxi nas mãos. Vejam os dois túneis: eles levam um lugar a lugar nenhum. Isso é de fazer dó. Passamos pela rodovia e ficamos



tristes. Imaginem aqueles que têm de passar por ali toda a semana, como os motoristas de ônibus. E, deputada Rosângela Reis, todos os dias, há uma carnificina; todos os dias, morrem pessoas. Quando vemos aquilo, pensamos: meu Deus, o que ocorreu?

Há muitos anos, os governos deixaram de ser do conjunto da sociedade para ser de grupos organizados. Essa mudança na qualidade do gasto público tem de ser o fator número um, senão o que vamos fazer? Cabe agora fazermos mais uma reflexão e, daqui a pouquinho, voltar as cargas no sentido de fazer exigências. Se querem cobrar pedágio na rodovia, façam isso, mas realizem as obras. Se querem cobrar R\$4,90, como fazem na BR-040, ou R\$4,60, que cobrem; cobrem R\$5,00, R\$6,00 por eixo de caminhão, mas não tirem a vida das pessoas, que é o bem mais sagrado que temos.

Então, quero parabenizá-la por estar novamente trazendo o assunto à tona; estamos há praticamente 10 anos, deputada, falando do mesmo assunto, desde que aqui inciamos nosso trabalho. Muito obrigado.

A deputada Rosângela Reis* – São 10 anos, deputado Wander Borges. Considero essa a obra mais importante do Brasil hoje. Na verdade, vemos a forma como está sendo conduzida a duplicação da BR-381. Saem do Vale do Aço e vêm para Belo Horizonte 35 mil pessoas todo mês para fazer consultas com especialistas e cirurgias médicas. Então, estamos vendo como essa obra está sendo tratada pelo governo federal hoje.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – Obrigado, deputada Rosângela Reis. Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. Conte com o nosso apoio e a nossa consideração. Quero deixar a minha posição, que todos já conhecem, em relação à 381. É uma vergonha, um absurdo. Acompanhamos esse descaso, que é muito grave realmente. Essa obra precisa de fato ser realizada para o bem de todos.

Deputada, não tomarei muito o seu tempo, que está se esgotando. Quero apenas saudar os nossos amigos e amigas agentes socioeducativos do Estado de Minas Gerais. Parabenizo todos pela luta, que já acompanhamos há muitos anos. Vocês lutam por melhores condições de trabalho e valorização da carreira, contra o sucateamento. Somos solidários a essa causa. É importante que vocês fiquem vinculados à segurança pública, porque acredito que as políticas de prevenção social devem ser adotadas pelo Estado para que a nossa juventude tenha mais oportunidades, mais políticas de educação, cultura, esporte, lazer, enfim, políticas de prevenção social. A juventude se concentra nos centros onde os agentes trabalham. É lamentável a falta de infraestrutura. Esse é um assunto de segurança pública, sim; os agentes devem continuar na segurança pública. Deixo aqui o nosso apoio à causa de vocês.

O deputado Cabo Júlio disse que tem a expectativa de que o equívoco seja corrigido. Esperamos o apoio de todos os deputados e todas as deputadas desta Casa não apenas para manter os agentes socioeducativos na segurança pública, mas também para terem uma visão estratégica da importância desses profissionais para o sistema de segurança do Estado de Minas Gerais, de forma a valorizar o seu trabalho, oferecer-lhes condições melhores, salários melhores, ou seja, dar dignidade e respeitar esses servidores que desempenham uma tarefa tão importante.

Contem com a nossa admiração, o nosso respeito e a nossa solidariedade. Parabéns a vocês! Esperamos que esse erro seja corrigido para o bem de todos. Obrigado, deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis* – Agradeço ao deputado Elismar Prado o aparte e me solidarizo com a causa de apoiar esse projeto e colocar os agentes socioeducativos na Secretaria de Estado de Segurança Pública, para que eles recebam uma atenção mais direta da área de segurança, porque pertencem a ela. Parabenizo todos e confirmo o meu apoio a essa luta de vocês.

Sr. Presidente, o outro assunto que me traz a esta tribuna é a situação econômica do Vale do Aço. Temos passado por grandes dificuldades por causa da situação da Usiminas, que recentemente investiu R\$1.000.000.000,00 para ter um fluxo de caixa maior e aguentar mais alguns dias. Sabemos do desemprego e das dificuldades da região. O setor metal-mecânico também enfrenta dificuldades e busca apoio do governo do Estado para ter capital de giro e fluxo de caixa para manter os empregos e as obras que ainda estão conseguindo realizar no Vale do Aço. O impacto foi grande: várias lojas fecharam, houve



muito desemprego. Ainda não conseguimos nos recuperar, mas sabemos das dificuldades do Estado de Minas e do setor do minério. A economia da região se baseia estritamente no setor metal-mecânico. A crise econômica que o País enfrenta também traz muitas dificuldades.

Então, pedimos o apoio por meio dos refinanciamentos, do Refis, por meio da Codemig, do BDMG, para que possam ser oferecidas condições a essas empresas de dar continuidade às suas atividades ali desenvolvidas, pois são empresários que acreditam nos seus negócios, querem ver o negócio crescer, fizeram investimento de anos e precisam dar sustentação ao seu trabalho. O governo também precisa desses investimentos do empresariado para que, assim, possa sobreviver e ter ali sustentação de sua própria gestão.

Então, faço a solicitação aqui, desta tribuna, pedindo o apoio do governo do Estado e uma atenção especial àquelas empresas do setor metal-mecânico do Vale do Aço. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Celise Laviola* – Boa tarde, todos os colegas deputados e as colegas deputadas. Cumprimento a Mesa, na pessoa do nosso querido presidente, deputado Hely Tarquínio. Cumprimento todos os presentes, que estão nos ouvindo aqui, pela internet e pela televisão.

“Ora, o Senhor é o espírito, e, onde está o espírito do Senhor, ali há liberdade” (2 Coríntios 3:17).

Vou começar falando sobre o pronunciamento da deputada Rosângela Reis em relação à BR-381. Vivemos ali, naquela BR; estou toda semana lá. Tem sido uma dificuldade para nós e um sofrimento que vimos enfrentando com essa questão. Quero dizer que não vamos desanimar. Temos muita esperança de conseguir ainda uma duplicação real e uma condição melhor de trânsito para aquela região.

Queria também dizer aos agentes socioeducativos e aos servidores administrativos da Seds que divido a opinião com eles, tenho a mesma opinião. Acho que a permanência na Seds é importante e comungo com vocês, administrativos e socioeducativos, dessa ideia, dessa opinião.

Hoje quero falar sobre uma questão que é o tema do nosso mês, que ficou conhecido como Maio Amarelo: sinal verde para a vida.

Seja para ir ao trabalho, deixar os filhos na escola ou viajar, precisamos nos locomover a pé, de carro, de bicicleta ou de transporte público. Diariamente, centenas de pessoas se deslocam pelas cidades. Algumas vezes, infelizmente, o que parece simples se transforma em um problema bastante comum: os acidentes de trânsito. Estamos em maio, mês escolhido para simbolizar a necessidade de conscientizar nossos motoristas e pedestres para o risco de cometer infrações no trânsito.

Maio Amarelo, como o movimento ficou conhecido, pretende chamar a atenção para o alto índice de acidentes nas vias. Em Belo Horizonte, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Social, somente em janeiro deste ano foram registrados 5.202 ocorrências, das quais 890 resultaram em vítimas. É um número muito significativo. A situação no Estado não é diferente. O diagnóstico de acidentes de trânsito de Minas Gerais divulgados pela Seds, que reúne dados de 2014 e 2015, revela que somente no ano passado 275.944 acidentes foram registrados em Minas. Precisamos mudar essa realidade. Hoje o Brasil ocupa o 5º lugar mundial em número de mortes por acidentes de trânsito, dado que muito nos preocupa. Quero parabenizar o governo do Estado, na pessoa do nosso governador Fernando Pimentel, e a nossa Seds, na pessoa do nosso secretário, desembargador Antônio Armando, pelas *blitze* educativas que serão realizadas no Estado para informar aos motoristas a importância de se dirigir com responsabilidade. Ações como essas são necessárias, mas cada um de nós deve policiar-se para evitar que problemas aconteçam. Dirigir com calma, respeitar a sinalização e as faixas de pedestres, lembrar a fragilidade dos ciclistas, não fazer ultrapassagens perigosas e respeitar o limite de velocidade são atitudes simples, mas que podem reverter essa realidade. Maio Amarelo: a Assembleia apoia, eu apoio, apoie você também. Conscientize-se, é importante para nós. Muito obrigada.



O deputado Rogério Correia (em aparte)* – A deputada foi rápida e concisa em sua fala, mas estava esperando V. Exa. terminar para pedir aparte e parabenizá-la por essa preocupação. É muito comum apresentarmos problemas inerentes a estradas, que geralmente são problemas reais, mas costumamos não fazer o dever de casa, vamos dizer assim, que é o respeito a normas fundamentais, principalmente em virtude das estradas que temos.

V. Exa. revela uma outra visão importante, a visão da consciência cidadã. Como sempre V. Exa. traz esse tema ao debate. Queria parabenizá-la pela abordagem que faz e ser solidário na reivindicação já posta e na preocupação da deputada e dos deputados.

Aproveitando a saudação e a solidariedade de V. Exa. com os companheiros socioeducativos, quero me colocar à disposição para buscarmos uma solução adequada para a reivindicação que eles levantam. Recebi em meu gabinete lideranças do sindicato socioeducativo e do Sindipúblicos e me comprometi. Gostaria que V. Exa. me ajudasse hoje na Comissão de Direitos Humanos às 15h30min. Apresentei requerimento para realização de audiência pública com os trabalhadores socioeducativos, porque eles esperam ter atendida sua reivindicação. Teremos reunião da Comissão de Direitos Humanos às 15h30min. A ideia é fazer o debate na comissão para que possam expor seus argumentos. Concordo com as argumentações que apresentaram em meu gabinete de que essa questão precisa estar ligada à Secretaria de Segurança Pública. Temos de fazer esse debate com o conjunto dos deputados e escutar as diversas argumentações. Isso facilitará o debate entre o setor socioeducativo, o governo do Estado e os deputados. Creio que com isso buscaremos uma solução adequada.

Também apresentaram a formação da comissão para verificar o plano de carreira global dos agentes socioeducativos e administrativos.

Já entrei em contato com o governo, e vamos tentar, deputado Durval Ângelo, fazer com que seja publicado algo que há mais tempo o governo está devendo a eles: a comissão que vai fazer o estudo e apresentar a proposta, conforme foi acordado da última vez que estiveram aqui. Estamos cuidando para que isso aconteça.

Sei que V. Exa. é da área e tem carinho especial com a segurança pública. Aproveito a oportunidade, no aparte, para solicitar também o apoio de V. Exa. hoje, às 15h30min, na reunião, para que esses dois temas sejam discutidos na Comissão de Direitos Humanos.

Parabenizo-a, mais uma vez, pela abordagem e pelo carinho que V. Exa. sempre tem com o setor de segurança pública em Minas. Obrigado.

A deputada Celise Laviola* – Agradeço ao deputado Rogério Correia. Tenho todo interesse em participar. O que eu iria completar, no final, o deputado já disse: que não se esquecesse dos administrativos com os socioeducativos.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, deputada Celise Laviola. Queria parabenizá-la pela manifestação e revelar uma preocupação sobre a qual esta Assembleia Legislativa já se manifestou anteriormente: a violência no trânsito. Fomos muito provocados pelo Dr. Domingos André, chefe de cirurgia do Hospital João XXIII. Ele trouxe os dados à Comissão de Segurança Pública. Foi criada uma comissão especial. Queria sugerir a V. Exa. até que buscasse acesso, junto à Secretaria-Geral da Mesa, ao relatório final dessa comissão especial pelo fim da violência no trânsito em Minas Gerais. Dessa comissão especial saiu o Observatório de Trânsito, que colocamos no PPAG, mas que, lamentavelmente, neste governo foi abandonado. O Observatório de Trânsito era muito importante, porque identificava nas estradas os quilômetros, os locais mais perigosos onde estavam acontecendo os acidentes e orientava as obras de segurança nesses lugares. Lamentavelmente, não temos mais o Observatório de Trânsito, que coletava esses dados tão fundamentais.

Outro dia mesmo conversava com o Dr. Geraldo Pimenta e com o Dr. Domingos André. O Dr. Domingos falava dos acidentes com motos, especialmente em batidas de frente, porque o tanque de gasolina da moto está à frente do condutor, e a gasolina, o tanque entra no corpo da pessoa. O Dr. Domingos disse que não aguenta mais ficar lavando a pessoa e retirando seus órgãos que foram lesados com essas batidas de frente de motos.



Lembro-me, deputada Celise Laviola, da visita que fizemos a Montes Claros. Houve nessa cidade aumento de 780% de acidentes com motos. É uma situação grave no Estado. O Estado perde muitos recursos. O relatório final traz os dados, que são impressionantes, do gasto do governo do Estado, a começar pelas viaturas do Corpo de Bombeiros. O helicóptero tem de descer na estrada e trazer a vítima para o Hospital João XXIII. Tudo o que é empenhado para a salvação da pessoa, nossos médicos, o hospital, os politraumatizados, é um gasto impressionante que o Estado tem hoje por conta de acidentes de trânsito.

V. Exa. traz um tema muito importante. Se for prosseguir, quero estar com V. Exa. e, aliás, convidar novamente o Dr. André Domingos, chefe de cirurgia do Hospital João XXIII. Sem dúvida, ele tem os dados mais importantes. O hospital registrava em que quilômetro aconteceu o acidente. Sabíamos onde os acidentes aconteceriam. Pena que perdemos o Observatório de Trânsito. Quem sabe, na revisão do PPAG, tenhamos essa conquista novamente para a população de Minas Gerais. Parabéns.

Agora mesmo houve uma ação da Via 040 com as árvores que estão colocadas junto às pistas, que causam grande número de acidentes. Se é perdido o controle do carro, não há uma área de escape e, sim, uma árvore à frente, que causa a morte das pessoas. É um tema rico, que, lamentavelmente, tem trazido um grande prejuízo a nosso estado, sem contar as pessoas que ficam com lesão definitiva por conta dos acidentes de trânsito. Parabéns. Conte com meu apoio e busque esse relatório final da comissão especial, que foi muito rico. Viajamos pelo estado de Minas Gerais colhendo esses dados.

A deputada Celise Laviola* – Agradeço o aparte, deputado João Leite. Com muita tristeza, vou dar uma notícia aqui: no último dia 23 perdi uma sobrinha num acidente de trânsito. Ela morreu presa nas ferragens do carro. Realmente, esse é um fato preocupante. Penso que devemos ir nessa luta e batalhar para termos o maior número de programas possíveis que nos facilitem e nos ajudem a reverter esse número. Muito obrigada.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Geraldo Pimenta* – Sr. Presidente, membros da Mesa, deputados, deputadas, caros servidores, calorosa galeria com estudantes, com agentes da segurança, socioeducativos e administrativos da Seds, mineiros, mineiras, meus amigos, é difícil não falar sobre a situação política do Brasil, num momento em que Brasília está decidindo, está discutindo e vai votar, no final desta tarde ou no final deste dia, os destinos da nossa presidenta do Brasil. Temos feito um debate muito grande nas ruas junto à sociedade. Acreditamos que há muita gente que pediu “fora Dilma” e está arrependida hoje. Há muita gente que foi para a rua e hoje está lamentando ter um substituto da Dilma que está ameaçado também de cassação. É isso?

O povo tem-se manifestado nas ruas, nas praças, nas escolas, no trabalho, diante da situação político-econômica do País. Várias entidades, artistas, personalidades, academias têm discutido e emitido várias opiniões. Gostaria de chamar a atenção para algumas opiniões de entidades, de pessoas que se têm manifestado, que se têm indignado com essa situação vivida no País.

O que diz a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência – SBPC? “Toda conquista precisa ser alcançada em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal. A SBPC lutou em 1964 e, neste momento delicado da vida nacional, coloca-se novamente em campo e conclama a sociedade civil a arregaçar as mangas, garantir a manutenção do Estado de Direito, fortalecer a democracia”.

O que diz Adolfo Esquivel, Prêmio Nobel da Paz? “Não queremos mais golpe de Estado neste continente. Golpe é para recolonizar a América Latina”.

O que diz a revista internacional mais respeitada na Alemanha, *Der Spiegel*?

Der Spiegel diz: “Golpe frio no Brasil. Pela primeira vez, desde o fim da ditadura militar, nos anos 1980, uma autêntica crise de Estado ameaça o maior país da América Latina, crise que pode comprometer todas as conquistas dos últimos 30 anos”.



Fernando Morais, grande escritor, diz: "Vivemos um golpe como o Brasil nunca viu antes. O Brasil vive um momento dramático, um golpe de mãos limpas, sem tanques nas ruas e sem baionetas, mas que trará um grande prejuízo para o País, porque é um golpe que tem como objetivo privatizar tudo".

Wagner Moura, artista da Rede Globo, conhecido de todos, diz: "Tenho sido um crítico duro do governo Dilma, eu nunca votei nela, mas 54 milhões de brasileiros votaram".

Paulo Coelho, o brasileiro que mais vende livros no mundo: "*Stop the coup in Brazil* – 'pare o golpe no Brasil'. O povo, que nada tem de bobo, dá-se conta de que trocou seis por meia dúzia".

Marcello Lavenère, ex-presidente da OAB, autor do impedimento de Collor, diz: "Não há crime contra a Dilma. Quem por acaso aderir a essa posição estará fazendo como um médico que indica quimioterapia pesada a quem apresenta um resfriado, pode matar o paciente".

Vittorio Medioli, empresário e escritor do jornal *O Tempo*, diz: "O balde da paciência entornou pela catástrofe econômica mais que por pedaladas. Mero pretexto. Mero pretexto. Delito nenhum. Delito nenhum num país de larga tolerância ética como o Brasil".

O jornal *Le Monde*, na França, publica: "Por minha família, por meus filhos, por minha neta, por meu pai, sempre presente em minha vida. Por eles votaram os deputados".

A deputada federal Rachel Muniz diz: "Pelo Norte de Minas, por Montes Claros, por Minas Gerais e pelo Brasil. O Brasil tem jeito, e o prefeito de Montes Claros mostra isso para todos nós com sua gestão".

Eduardo Cunha diz: "Deus, tenha misericórdia".

O jornal *The Guardian*, na Inglaterra, publica: "Deus derruba a presidente do Brasil".

A professora Marcivânia, deputada federal do PCdoB, diz: "Nunca vi tanta hipocrisia junta por metro quadrado".
Declaração de voto em 17 de abril.

Meus amigos, o importante é a política que muda a vida das pessoas. Desde o primeiro minuto em que Michel Temer se assentar na cadeira presidencial, ele será um presidente ilegítimo, ou seja, que não foi escolhido pelo povo. As propostas de Temer são um pesadelo para os trabalhadores, para os aposentados e para a juventude. Sua ponte para o futuro é um retrocesso. Significa menos proteção para os trabalhadores, menos recursos para a área social, mais dinheiro para os banqueiros, desvalorização do salário mínimo, mais desigualdade, mais injustiça social. Presidente, o povo não é bobo, haverá muita luta e resistência. Muito obrigado.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Acho que esse depoimento do deputado Geraldo Pimenta merece uma intervenção da liderança do governo. Até por esse clima em que vivemos, fiz questão de postar para meus filhos, hoje cedo, antes das 5h30min, *A canção do tamoio*, de Gonçalves Dias: "Não chores, meu filho, / Não chores, que a vida / É luta renhida: / Viver é lutar. / A vida é combate, / Que os fracos abate, / Que os fortes, os bravos / Só pode exaltar. / As armas ensaia, / Penetra na vida: / Pesada ou querida, / Viver é lutar. / Se o duro combate / Os fracos abate, / Aos fortes, aos bravos, / Só pode exaltar".

Eu, que vivi, com outros companheiros, o período da ditadura militar; que conheci a prisão política por lutar pelas liberdades democráticas; que, ainda jovem, com 19 ou 20 anos, estive à frente da criação, em 1979, do maior sindicato de servidores públicos de Minas Gerais, o Sind-UTE; que presidi a Associação dos Professores de Contagem; que militei no Sindicato dos Professores da Rede Particular, tendo exercido, em plena ditadura militar, o direito de greve, que à época era proibido pela Constituição, tanto na rede pública quanto na rede privada, sei o que é um período de exceção. Não tenho dúvidas de que a repressão que virá daí será de acordo com a resposta da resistência. Vamos viver um regime de perdas de direitos e de um processo de privatização selvagem, com o pré-sal no início da linha, e, como os movimentos e as organizações sociais com toda a certeza vão resistir a isso, a repressão será violenta.



Para dar uma ideia do que isso representa, uma professora concursada da UFMG, que é uma referência no mundo em direito do trabalho, a Profa. Maria do Rosário Barbato, da Faculdade de Direito da UFMG, foi intimada ontem a comparecer à Polícia Federal por estar militando em sindicatos e partidos políticos. Qual foi o crime dessa professora? Foi participar, no Hall das Bandeiras, em uma reunião em que eu estava presente, de um manifesto de juristas pela democracia. Então, a Profa. Maria do Rosário... Aliás, não havia observado ainda a intimação da Polícia Federal, mas até o nome dela está errado. A Polícia Federal a intima como Maria, e o correto é Marisa. Mas ela está intimada para comparecer à Polícia Federal, com risco de ser deportada do Brasil. Essa é a situação em que vivemos.

Além disso, quatro universidades federais tiveram reuniões paralisadas, em desrespeito à autonomia universitária, por estarem fazendo política. Ou seja, isso é o cúmulo. Ontem perdemos o Prof. Aluísio Pimenta. O episódio mais célebre da sua vida foi quando ele, como reitor da UFMG, impediu a polícia de entrar na universidade para prender estudantes e professores. Ele foi imediatamente deposto, e, para seu lugar, foi nomeado um interventor pela ditadura.

Então, penso que tudo isso a gente sabe. Por isso fiz questão de fazer esse incentivo a meus filhos hoje, de manhã, de que viver é lutar, a vida é uma luta.

Quero elogiar a sua intervenção. A Assembleia tem de ser o local da democracia e do debate. Então, é um registro positivo, deputado Geraldo Pimenta, professor, médico e militante das causas sociais.

O deputado Geraldo Pimenta* – Obrigado, deputado Durval Ângelo. Quero também fazer uma homenagem ao Prof. Aluísio Pimenta e dizer, como disse Rosa, que pessoas como Aluísio Pimenta não morrem, são eternizadas. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Sr. Presidente, é uma honra estar nesta tribuna hoje, embora o dia não seja para festejar a democracia. Estamos no Parlamento, mas a distância assistindo em Brasília à interrupção de um governo democrático por meio de voto parlamentar. A Câmara Federal permitiu que se abrisse contra uma presidenta da República um procedimento, como disse o deputado Gil Pereira, sem nenhum crime que tenha sido cometido por essa presidenta da República.

Trata-se, portanto, de um procedimento que tem um viés estritamente político. A nossa Constituição não permite que mandatos sejam retirados por diferenças ou maiorias ou minorias dentro do Parlamento. Foi aprovado, no Brasil, o regime do presidencialismo, por meio de plebiscito, e não o parlamentarismo. Não se substitui, então, nesse regime político, quem foi eleito com maioria de votos dos brasileiros e das brasileiras por uma maioria parlamentar eventual. O que se constituiu, no Parlamento do Brasil, foi uma maioria parlamentar eventual de mais de dois terços da Câmara, comandada por quem agora foi afastado pelo próprio STF porque impedia que se julgasse, no Parlamento, as denúncias contra ele próprio, que era o presidente Eduardo Cunha.

Nesse sentido, de forma ilegal, ele conduziu, como uma vingança, um processo contra a presidenta da República. Obteve dois terços dos votos e, com isso, fez um julgamento nitidamente político para afastar uma presidenta que obteve 54 milhões de votos. Trata-se de um golpe. É preciso que essa palavra seja repetida quantas vezes forem necessárias. Um golpe institucional, portanto, parlamentar, de maioria eventual, como disse o próprio Teori Zavascki numa das petições em que foi forçado a dar opinião no STF, mas que também inclui forte atuação midiática. Assistimos, recentemente, a um helicóptero da Globo seguindo o presidente do Senado para acuá-lo e chantageá-lo, como faz essa emissora de televisão, para que não tivesse a coragem de retirar o caráter golpista da derrubada da presidenta da República.

Trata-se, portanto, de um golpe, onde se uniram setores amplos do Parlamento brasileiro, da Câmara e do Senado, com uma pressão de mídia impressionante e avassaladora. Juntam-se a isso também setores do Judiciário brasileiro. É um novo tipo de golpe, mas um golpe que vem da unidade das elites brasileiras em torno de um programa conservador ao qual deram o nome de Ponte para o Futuro, mas que, no nosso entendimento, é uma ponte para o abismo ou para o inferno.

Quem vai para o abismo com esse programa são os trabalhadores e o povo brasileiro. A articulação do golpe envolve a Fiesp, os setores amplos do latifúndio, os setores das elites brasileiras, do capital financeiro nacional e internacional, que têm

um programa de retirar direitos básicos, de fazer com que aquilo que está na lei, deputados Geraldo Pimenta e Doutor Jean Freire, valha menos que aquilo que foi acordado com os sindicatos no momento de crise e desemprego. Isso inclui a retirada de qualquer tipo de direito porque o negociado vai valer mais do que a lei, do que o legislado. Isso enfraquece o trabalhador e os seus sindicatos.

Tenho pouco tempo para falar hoje. Na verdade, o tempo para falarmos desse golpe que está sendo dado no Brasil teria de ser maior, mas é fundamental que falemos dele hoje, que a gente tenha a coragem de ser uma voz discordante dessa trama que as elites estão fazendo com um apoio institucional muito grande. É preciso ter coragem para fazer isso, é preciso ter coragem em momentos difíceis.

Quando Hitler assumiu na Alemanha, sabe quantos deputados no Parlamento votaram contrariamente à guerra que Hitler declarava à Europa? Um único deputado. Tamanha era a pressão, inclusive da massa, em favor da entrada de Hitler com apoio institucional, jurídico, etc., que ele impôs à Alemanha um regime completamente totalitário.

Estou querendo fazer uma comparação do que aconteceu lá com o que acontece agora, e uma dúvida não temos: o governo que virá será proveniente de uma aliança que não ganhou as eleições. Pelo contrário, será de um programa que perdeu as eleições, de um candidato que nunca aceitou a derrota, que perdeu, inclusive, em Minas Gerais, o senador Aécio Neves, que jamais quis aceitar o resultado democrático das urnas. Esse governo só poderá se impor com muita violência e muita repressão no Brasil, infelizmente. E eles já anunciam essa repressão, porque não é possível prometer à Fiesp, aos latifundiários, aos grandes empresários um programa de retirada de direitos e executar isso sem sofrer uma resistência popular. Aliás, as pessoas já estão nas ruas. Inclusive, ontem, através de uma paralisação nacional, de manifestações cada vez maiores do povo e de sua organização, que resistirão cada vez mais à retirada de direitos, que incluem também a aposentadoria, em especial na área rural e outras; atentados contra direitos daqueles que obtiveram com muito custo conquistas sociais importantes, como cota para negros e pobres nas universidades; o vínculo do percentual para a educação e saúde em nossa Constituição desde 1988. Tudo isso está no programa uma ponte para o inferno, uma ponte para o abismo, incluindo a retirada desses direitos dos trabalhadores.

Como retirar esses direitos, havendo reação dos trabalhadores legítimos, como já há na Argentina? Trezentas mil, quinhentas mil pessoas indo às ruas se queixar do programa neoliberal que lá está posto. Como aceitar que uma empresa, como a Petrobras, seja entregue a empresas estrangeiras e a gente perca o dinheiro que está planejado para a educação, para a saúde, que é o dinheiro do pré-sal? Como executar um programa tão antipopular se o povo estiver se organizando? Só há uma resposta: a repressão, o estado de sítio. Já falam, inclusive, em revigorar a Lei de Segurança Nacional.

Eu disse aos deputados que, dependendo do que acontecer, precisaremos ter cuidado, inclusive na Assembleia Legislativa, com a reação de cada um de nós, porque, no passado, três deputados chegaram a perder o mandato na época do regime militar porque não se conformaram com o golpe naquela ocasião. A situação no Brasil não será tranquila; os setores que conquistaram direitos não vão simplesmente baixar a cabeça. Haverá luta. Vai haver e já está havendo luta. O golpe não está consolidado. Está havendo golpe, mas, para se consolidar, ou se conquista a maioria junto à população ou se exerce a repressão.

Esperamos que possa haver, nesse período do Brasil, lutas dentro do sistema democrático para que o Senado, daqui a pouco tempo, possa rever essa posição golpista, assim como o STF, e garantir a normalidade democrática do Brasil. Não ao golpe, presidente; não ao golpe, deputados. A democracia nos é muito cara, e é preciso defendê-la, mesmo quando as nossas teses são minoritárias. É muito triste assistir, em Brasília, à articulação de um golpe institucional, midiático, jurídico, contra os interesses dos trabalhadores brasileiros. É isso que eu tinha a dizer, presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/5/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 14/5/2016, que exonerou Eloir Domingues Caixeta, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 14/5/2016, que nomeou Eloir Domingues Caixeta, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 14/5/2016, que nomeou Vicente de Paulo Gomes, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda;

nomeando Fernanda Tomé de Rezende Silva, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Jorge Ibrahim Abdalla Neto, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Faria;

nomeando Vanessa Carla Magalhães Souza, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 30/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 66/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 31/5/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço por lote, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de balcões de atendimento e banquetas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 16/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: PHD Sistemas de Energia Indústria e Comércio Importação e Exportação Ltda. Objeto: aquisição, com instalação e ativação, de sistema ininterrupto de energia *nobreak*. Vigência: 2 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 99/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 41/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A e Unidata Automação Ltda. Objeto: gerenciamento de abastecimento da frota de veículos da contratante e fornecimento de www.almg.gov.br Página 35 de 36



combustível (gasolina comum, álcool comum hidratado e óleo diesel). Objeto do aditamento: altera preços dos combustíveis. Vigência: a partir de 24/11/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122--701-2.00.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 50/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: SG1 Soluções Comércio e Serviços Eireli. Objeto: aquisição de lâmpadas tubulares de LED. Objeto do aditamento: aumento quantitativo do objeto no percentual de 25% e revisão de preço relativamente ao referido aumento, em razão de caracterização de desequilíbrio econômico-financeiro, resultante da ocorrência de fato do príncipe. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 26/4/2016, pág. 115, onde se lê:

“nomeando Patricia Marquete Vitelli”, leia-se:

“nomeando Patricia Marchetti Vitelli”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 13/5/2016, pág. 49, onde se lê:

“com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB;”, leia-se:

“com exercício no Gabinete da Presidência;”.